

UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE CAVALCANTE-GOIÁS

A geographic analysis of the tourism development plan of Cavalcante – Goiás

Fernando Luiz Araújo Sobrinho*

Iara Cristina da Silva Alves**

Patrícia Laundry Mollo Vieira***

***Universidade de Brasília - UnB**

Departamento de Geografia / Programa de Pós-Graduação em Geografia

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Departamento de Geografia, GEA, ICC Norte – Brasília, Distrito Federal, Brasil
– CEP: 70910-900
flasobrinho@unb.br

****Universidade de Brasília - UnB**

Departamento de Geografia / Programa de Pós-Graduação em Geografia

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Departamento de Geografia, GEA, ICC Norte – Brasília, Distrito Federal, Brasil
– CEP: 70910-900
iaruchaalves@gmail.com

*****Universidade de Brasília - UnB**

Departamento de Geografia / Programa de Pós-Graduação em Geografia

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Departamento de Geografia, GEA, ICC Norte – Brasília, Distrito Federal, Brasil
– CEP: 70910-900
patricia.mollo@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Cavalcante enquanto instrumento de planejamento turístico do governo municipal e de política pública, considerando-se conceitos centrais geográficos para a compreensão da transformação do espaço. A importância da ciência geográfica para a análise do plano de desenvolvimento do turismo no Município de Cavalcante se deve ao fato de a Geografia possibilitar a compreensão do turismo como vetor de desenvolvimento social local. A partir do levantamento de indicadores socioeconômicos do município e do cotejamento destes com o Plano, verificou-se que, não tendo sido considerado o contexto socioeconômico de Cavalcante (GO) no diagnóstico, o Plano de Desenvolvimento Turístico proposto perdeu a oportunidade de integrar áreas importantes de políticas públicas a fim de potencializar não só o turismo local, como também de proporcionar o incremento dos indicadores de desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

Palavras-chave: Geografia. Turismo. Espaço. Cavalcante. Plano de Desenvolvimento Turístico. Política Pública.

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the Tourism Development Plan of Cavalcante (GO), as a tool for tourism planning and public policy by the municipal government, considering central concepts for understanding the space transformation. The relevance geographic science for the analysis of the plan for tourism development in the municipality of Cavalcante can be understood by the possibilities given by Geography to understand tourism as a social development vector in local level. By analyzing socioeconomic indicators of Cavalcante and comparing them to the Plan, it is concluded that the Plan proposed, for not having taken Cavalcante's socioeconomic context in the diagnosis, missed the opportunity to integrate important public policy fields to maximize not only local touristic activities but also human development increment and better quality of life for the local community.

KEY WORDS: Geography. Tourism. Space. Cavalcante. Tourism Development Plan. Public Policy.

1 A GEOGRAFIA E O TURISMO

A relação entre a ciência geográfica e o turismo é estreita por diversas razões. A atividade do turismo, além de eminentemente social, tem por elemento de consumo o próprio espaço, recriando-o a partir da movimentação significativa de capital, associada a um intenso fluxo de pessoas, tanto mundial quanto localmente. Ao valorizar as diferenciações locais enquanto valor agregado próprio aos bens exclusivos, o turismo alcança regiões remotas e inacessíveis, a partir da utilização das técnicas atuais, alterando de forma substancial o lugar, cuja dinâmica passa a ter contornos de nexos urbanos. No campo da Geografia, o tratamento dado ao estudo do turismo varia da abordagem positivista à abordagem dialética e crítica, esta última aplicada no desenvolvimento do presente trabalho. Para isso, de antemão se explicita que será adotado o conceito de espaço em Santos (2002):

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a natureza se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (p. 63).

Assim, para além da utilização da abordagem geográfica para o entendimento da atividade turística, a Geografia crítica possibilita o estudo sistematizado da prática social do turismo em sua dimensão socioespacial, que legitima um campo específico da ciência geográfica denominado "Geografia do Turismo".

De acordo com Cruz (2001), a definição de turismo não é pacificada no léxico da geografia do turismo e carrega, como qualquer outro conceito, uma carga ideológica e uma forma de ver o mundo. Inicialmente, registra-se o conceito adotado pela Organização Mundial de Turismo (OMT) e sua importância enquanto orientador oficial para o trabalho da instituição em todo o mundo, assim caracterizado:

Segundo essa organização, o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos uma pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas diversas razões como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta (CRUZ, 2001, p. 4).

O conceito da OMT aproxima a noção de turismo à de viagem, o que pode dimensionar de forma equivocada e exagerada as estatísticas ao considerar todo o tipo de viagem enquanto turística, enfraquecendo o fator lazer enquanto lógica orientadora da organização do espaço. Em contraponto, é proposta a conceituação de turismo de Cruz (2001) associada a questões sociais, culturais e econômicas: "O turismo, entendemos, é antes de tudo, uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo. Por ser uma prática social, o turismo é fortemente determinado pela cultura" (p. 5).

Ultrapassando a dualidade entre homem e natureza, o conceito de espaço permite abordar o tema do turismo sob um tríplice aspecto, cada qual com sua incidência geográfica. São três segmentos definidos por Rodrigues (1996): as áreas de dispersão ou emissoras, os fluxos e os núcleos receptores.

As áreas de dispersão são aquelas associadas às metrópoles no auge do desenvolvimento industrial, que passam a simbolizar o grande centro produtor de estresse, criando, assim, a indústria de lazer do turismo, a partir da formação de demandas por viagens como garantia de bem-estar e fuga da metrópole e de seu dia a dia opressor. A demanda provoca um deslocamento necessário no espaço e isso pode ser verificado por meio dos fluxos registrados pelos equipamentos de embarque e desembarque marítimos, aéreos, terrestres. Há, ainda, os fluxos não visíveis expressos pelos fluxos de capital e de informação, cuja análise é importante para a compreensão das conexões próprias do movimento dos fluxos visíveis. Por fim, o terceiro segmento é aquele em que se produz o espaço turístico, são os núcleos receptores, onde ocorre o consumo propriamente dito.

Outra dimensão importante a ser considerada para a análise geográfica da atividade turística é a sua contextualização no processo da globalização na contemporaneidade. Este processo é caracterizado pela lógica do sistema capitalista de produção, na busca pela expansão da exploração da atividade, em um movimento dialético e paradoxal. Em artigo recente, Araújo Sobrinho e Soares (2012), em análise do turismo e suas transformações espaciais no eixo Brasília-Goiânia, abordam a escala global da atividade nos seguintes termos:

É inegável a expansão do turismo em escala global. Considerada uma das atividades marcantes da pós-modernidade, tem se mostrado rico em nuances e nos seus paradoxos. Essa expansão tem formas variadas, mas chama a atenção duas: primeira aquela que se dá sob a forma de apropriação dos espaços e pela consequente difusão nos mais variados cantos do mundo de modelos de exploração da atividade e; em segundo lugar, aquela que decorre do ingresso do grande capital mundial que tem concentrado sobremaneira os lucros da atividade. Há, portanto, uma extensão espacial e por vezes um uso intenso e tenso dessas áreas, e por outro, uma acentuação da atividade rentista em torno desses crescentes mercados (p. 102).

Considerando-se as dimensões geográficas dadas, para empreender o planejamento do turismo é necessário levar em conta a conciliação dos interesses das pessoas que vivem no lugar e das pessoas que buscam a atividade turística nesse mesmo lugar. Para Rodrigues (1996), três aspectos são importantes: i) a satisfação do turista; ii) os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais em termos de custo e benefícios que a atividade turística traz para a população local; e iii) a preservação do patrimônio cultural e ambiental.

Rodrigues (1996) adverte, ainda, que várias iniciativas de planejamento do turismo foram desenvolvidas sob o conceito de desenvolvimento sustentável, apesar de não haver como impacto uma distribuição mais equitativa de renda. Segundo Rodrigues (1996), o desenvolvimento sustentável:

[...] é a expressão da moda que figura em quase todos os projetos turísticos governamentais do Brasil, de grande, médio e pequeno porte. Muito se tem escrito sobre as relações do desenvolvimento sustentável com o modelo político-econômico neoliberal vigente no país, cujo discurso oficial tem usado deste artifício retórico para legitimar-se. Sob essa ótica, a política nacional de turismo no Brasil que é inconsistente, desarticulada e ambígua quanto aos seus propósitos, contempla o ecoturismo¹ com um dos principais programas de turismo, hoje, no país (p. 28, 29).

O autor propõe a descentralização do planejamento do turismo como um dos caminhos possíveis, delegando aos municípios o papel de realizar seu próprio planejamento turístico com mais chances de adequar-se à realidade e a problemas locais. Contudo, a ação do planejamento deve envolver diferentes atores – públicos, privados, sociedade civil e academia.

A descentralização do planejamento do turismo, materializada em um plano municipal,

abre a possibilidade de incluir a realidade local das populações nativas e endereça ao município a responsabilidade estatal necessária para a realização do turismo enquanto ação possível de desenvolvimento social local.

Contudo, qualquer análise de um planejamento turístico municipal deve levar em consideração um contexto globalizado de ações competitivas e excludentes, com os possíveis efeitos negativos que possam incidir nas populações locais:

O movimento reprodutivo do capital mundializado, em sua ânsia de acumulação ampliada, reforça os conflitos, às vezes com resistências. Como processo hegemônico e homogeneizante, faz surgir a necessidade de defesa dos atores locais para manter as especificidades próprias da história dos lugares, do local e do regional, valorizando-as para não serem aniquiladas pelos interesses globais. É assim que o capital avança com inúmeros objetivos, produzindo diferentes resultados sobre os espaços locais, a depender também das relações de poder da ordem local; daí as várias formas de resistências em relação ao turismo global (CORIOLANO, 2004/2005, p.186).

Cabe ainda avaliar se o processo de elaboração do planejamento prevê a participação representativa dos pequenos empreendedores e da população local, considerando seus hábitos, sua cultura e sua ação social no espaço visado. O planejamento elaborado de forma participativa tem o potencial de engajar os atores locais nas ações planejadas, além servir como instrumento de pactuação e comprometimento do município com a própria comunidade. Coriolano (2004/2005), ao situar o turismo enquanto atividade de exclusão ou inclusão social, afirma:

No entanto, em muitos núcleos receptores do País e do Ceará, pode-se encontrar experiências que fogem ao modelo de turismo globalizado, que privilegiam os lugares e, sobretudo, que têm como finalidade o desenvolvimento e a valorização das pessoas, das microeconomias, fazendo do turismo uma estratégia de combate à pobreza, uma forma de inclusão. Para isso as empresas locais constroem uma visão própria de turismo voltado aos seus interesses, a uma nova visão de desenvolvimento voltado à escala humana e ao local, ou seja, que mostre novos indicadores do desenvolvimento, como o ingresso de capital nos pequenos municípios, mais trabalho e empregos, inclusão dos excluídos, participação democrática, benefícios na economia local, alocação da infraestrutura turística e de apoio ao turismo, sobretudo esta última, que é voltada ao residente, à conservação do meio ambiente e do patrimônio cultural (p.188).

Para que o turismo se efetive enquanto atividade de inclusão é necessária a articulação com outros projetos e políticas estruturantes nas áreas de educação, qualificação profissional, saúde, infraestrutura, entre outras. Em seu planejamento, o município deve levar em consideração a articulação intersetorial como suporte para o desenvolvimento, considerando o fenômeno da vulnerabilidade social enquanto multidimensional, para que o turismo possa, associado a outras frentes de ação estatal, promover o desenvolvimento local. Além disso, cabe ao município articular ações com diversas políticas estruturantes que ultrapassem a dimensão turística.

Essa multidimensionalidade da exclusão social está contextualizada a seguir, em dados que explicitam o contexto econômico-social em que o Município de Cavalcante (GO) se insere. Tais dados baseiam-se em informações oficiais de órgãos públicos.

2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE, GOIÁS

Um breve estudo histórico e geográfico do Município de Cavalcante permite a compreensão dos diferentes usos do território para a exploração econômica que acabaram por

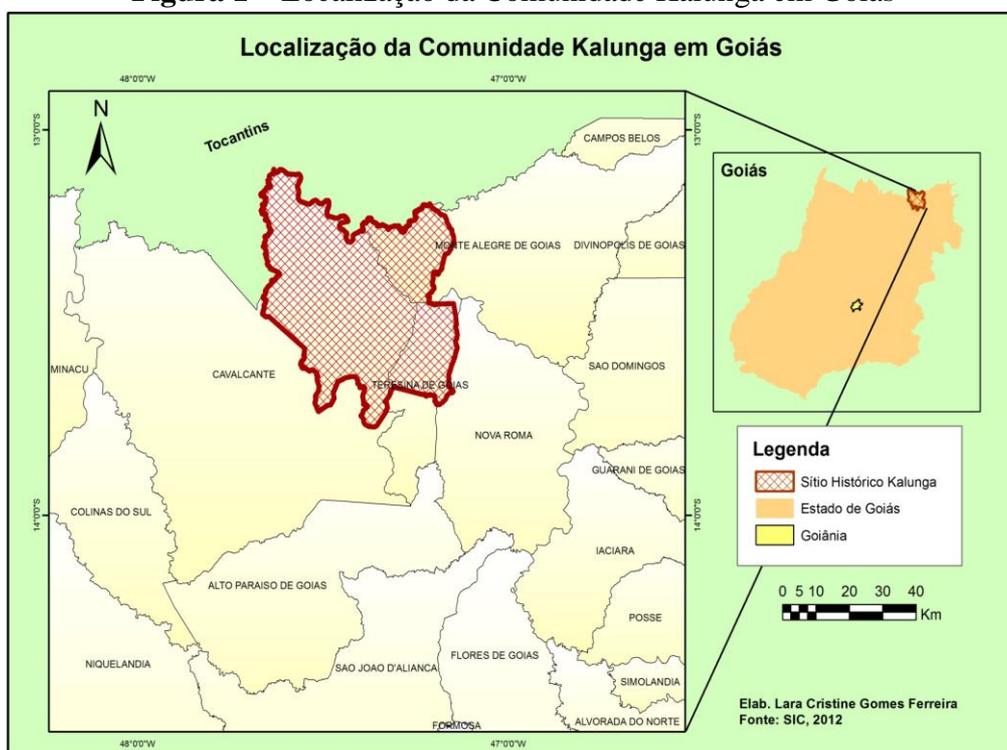
resultar no espaço geográfico que hoje favorece a exploração do turismo.

A chegada dos Bandeirantes a Goiás, em 1592, e a Cavalcante, em 1736, marcou a história do município em torno da exploração do ouro. No apogeu dessa fase, no fim do século XVIII, havia mais de nove mil escravos trabalhando nas minas de Cavalcante, que se tornou uma das principais localidades produtoras de ouro de Goiás durante o Império.

A partir da decadência do ouro, o município passou a ter a produção agrícola como sua principal fonte de sustentação econômica, com destaque para a produção do trigo. Em 1780, existiam quatro engenhos de trigo na província de Goiás e, em 1861, Goiás exportou 777 alqueires de farinha de trigo. Destes, 66% foram originários de Cavalcante, que recebeu o prêmio de primeiro lugar na Exposição Internacional de Produtos Agrícolas de Filadélfia.

A exploração do ouro e a produção agrícola implicaram a vinda de escravos, que fugiram para os vãos de serras e planaltos, constituindo os quilombos que hoje fazem parte do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. O território Kalunga abriga as comunidades de remanescentes de quilombos em uma área de 253.191,72 hectares, em três municípios goianos: Teresina, Monte Alegre e Cavalcante (Fig. 1).

Figura 1 – Localização da Comunidade Kalunga em Goiás



Fonte: Secretaria de Estado de Indústria e Comércio de Goiás - SIC, 2012

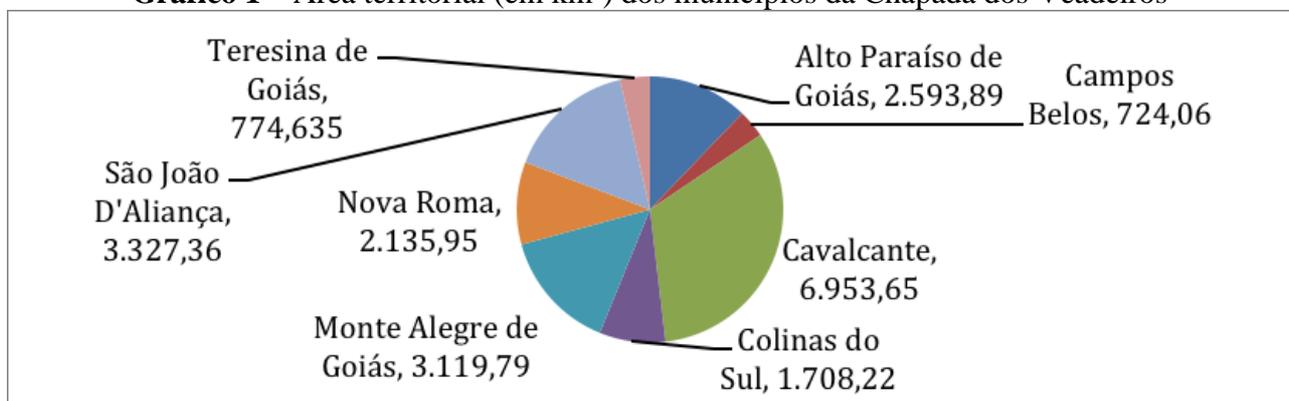
Além de compor o Território Kalunga, Cavalcante situa-se na microrregião da Chapada dos Veadeiros, cuja área territorial é de 21.337,54 km², que, além de Cavalcante, abrange os municípios de Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás, Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, São João d'Aliança, Nova Roma e Colinas do Sul (Fig. 2).

Figura 2 – Microrregião da Chapada dos Veadeiros

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Dados Socioeconômicos/ Secretaria de Estado, Gestão e Planejamento do Estado de Goiás IMB-SEGPLAN, 2012

A vegetação nativa da Chapada dos Veadeiros é o cerrado, que se destaca por sua formação do tipo savana tropical com forte sazonalidade (EITEN, 1994; RIBEIRO; WALTER, 1998 *apud* SANO, 2007), tendo como principais rios o Paranã, o Preto e o Tocantins, em adição a outros de porte pequeno e médio como o das Pedras, o Corrente, o da Prata, o das Almas e o Claro. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, criado em 1961 como área de preservação ambiental, faz parte dos 5,2% da área do cerrado protegida na forma de unidade de conservação (JEPSON, 2005 *apud* SANO, 2007).

A 308 km de Brasília, limitando-se ao norte com o Município de Paranã, em Tocantins, e ao sul com Alto Paraíso, Cavalcante possui uma área territorial de 6.979,86 km² — a maior da Chapada dos Veadeiros (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Área territorial (em km²) dos municípios da Chapada dos Veadeiros

Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Dados Socioeconômicos/ Secretaria de Estado, Gestão e Planejamento do Estado de Goiás IMB-SEGPLAN, 2012

Apesar do passado de apogeu econômico, do patrimônio geográfico e cultural do Território Kalunga e da Chapada dos Veadeiros, além da proximidade com a capital do país, Cavalcante possui baixos índices de desenvolvimento social.

Segundo dados do Censo 2010 do IBGE, o município conta com uma população de 9.392 habitantes, uma densidade demográfica de 1,35 hab./km², considerando-se que quase 50% estão em área rural.

Segundo dados do Instituto Mauro Borges de Estatística e Dados Socioeconômicos da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (SIC SEGPLAN, 2012), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)² de Cavalcante é de 0,584, o menor não só da microrregião da Chapada dos Veadeiros, mas também do Estado de Goiás.

Segundo o IPEA (2013), no Atlas de Desenvolvimento Humano 2013, apesar de ter havido uma evolução de 47,47% no IDHM de Cavalcante entre 2000 e 2010, o IDHM do município ainda está classificado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (entre 0,5 e 0,599). Registra-se que somente 20% dos municípios brasileiros estão em situação igual ou pior em desenvolvimento humano.

Ainda de acordo com o IPEA (2013) A extrema pobreza do município (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, segundo dados de agosto de 2010) ainda é alta — apesar de ter sido reduzida de 44,95%, em 1991, para 36,44%, em 2000, e depois para 28,11%, em 2010.

A renda *per capita* média de Cavalcante ainda é insuficiente — apesar de ter crescido 134,33% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 138,66, em 1991, para R\$ 190,08, em 2000, e para R\$ 324,92, em 2010. Com taxa média anual de crescimento de 37,08% no primeiro período (2000) e de 70,94% no segundo (2010).

Na contramão do desenvolvimento social verificado no Brasil nos últimos anos, a desigualdade aumentou em Cavalcante: o Índice de Gini³ passou de 0,55, em 1991, para 0,61, em 2000, e para 0,62, em 2010, o que significa que o aumento da renda identificado está concentrado nos extratos mais ricos da população. Cavalcante carece de políticas públicas integradas que potencializem o aumento da renda familiar local entre os mais pobres.

Cavalcante também apresenta carência de infraestrutura, com destaque para a eletrificação rural deficitária em alguns povoados rurais — dos 1.323 domicílios rurais, somente 118 possuíam energia elétrica em 2011. É o município com a menor estrutura de eletrificação rural da microrregião. Além disso, o Sistema Estadual de Estatística registra a inexistência de rede de esgoto no município. Constata-se, ainda, que há apenas uma agência bancária e um hospital em Cavalcante.

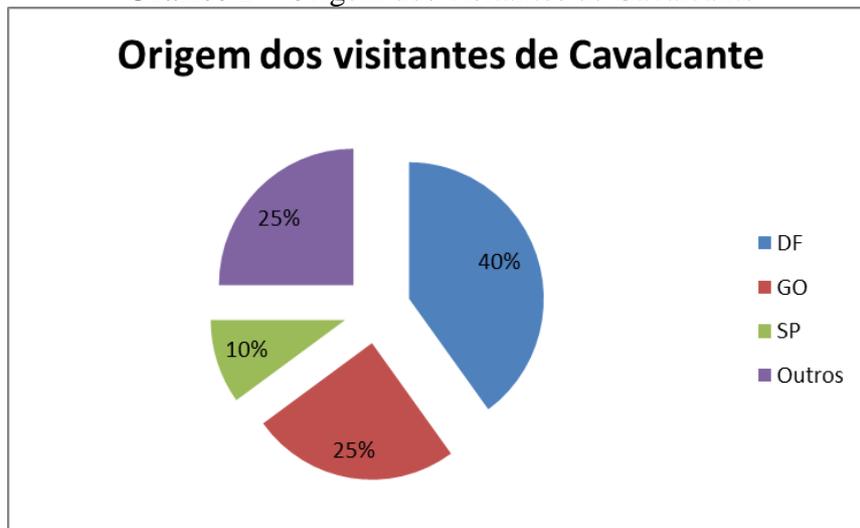
A despeito da grande carência de estrutura para suportar o potencial turístico do território, é crescente a procura de turistas pelos recursos naturais e culturais de Cavalcante. Tendo por base os três segmentos de Rodrigues (1996), é possível sinalizar que — com a convergência de informações permitida por técnicas como a internet e a partir dos fluxos não visíveis da informação — as áreas de dispersão acessam informações sobre Cavalcante que, enquanto núcleo receptor, congrega características geográficas e culturais particulares capazes de evocar a ideia de bem-estar. Esta é, em última instância, o “bem de consumo” de cunho turístico disponibilizado como informação aos turistas.

A microrregião da Chapada dos Veadeiros passou a fazer parte de projetos de desenvolvimento regional voltado para o turismo, a partir da construção de Brasília e da criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, situado nos municípios de Alto Paraíso e Cavalcante. Consequentemente, Alto Paraíso se tornou polo turístico de Goiás, alcançando ampla divulgação nacional e internacional de sua característica mística e das características geográficas particulares do Parque Nacional, cuja porta de entrada se encontra no município. Já Cavalcante, apesar de compor 60% da área do parque, pouco se beneficia deste atributo.

Apesar de a economia do município estar baseada na agropecuária, sendo a bovinocultura de corte a atividade predominante, além da produção agrícola voltada para a subsistência, 46,20% trabalhavam no setor de serviços em 2010. Pela média de renda apresentada acima e pelo índice de desigualdade local, infere-se que os serviços prestados são mal remunerados.

Pesquisa realizada pelo Observatório de Turismo (2013) da Universidade de Brasília apontou que grande parte dos turistas de Cavalcante é originária do Distrito Federal (40%), de Goiás (25%) e de São Paulo (10%), sendo que 80% possuem nível superior (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Origem dos visitantes de Cavalcante



Fonte: OBSERVATÓRIO DO TURISMO, UNB, 2013

A pesquisa apontou ainda que durante a sua permanência os turistas visitaram os seguintes locais: Povoado Kalunga (10,37%), Cachoeira Santa Bárbara (10,09%) (Fig. 3), Rio das Almas (10,04%) (Fig.4), Cachoeira Capivara 1 (8,75%), Fazenda Veredas (8,33%), Rio da Prata (7,66%), Cachoeira Poço Encantado (6,18%), Lavapés (5,18%), Vale das Araras (4,71%) (Fig.5) e Cachoeira Capivara 2 (3,71%).

Figura 3 – Cachoeira Santa Bárbara, Cavalcante Goiás



Fonte: ALVES, Iara. Jan.2014

Figura 4 – Rio das Almas, Cavalcante Goiás

Fonte: ALVES, Iara. Jan.2014

Figura 5 – Vale das Araras, Cavalcante Goiás

Fonte: ALVES, Iara. Set. 2015

O perfil dos turistas de Cavalcante, aliado às características geográficas do município — que abarca parte do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga —, mostra o potencial benéfico socioeconômico que o turismo pode levar à comunidade local.

Como apontado por Rodrigues (1996), conciliar os interesses da população local e das pessoas que visitam o mesmo lugar é essencial para o sucesso de um planejamento turístico que favoreça o turista e a comunidade receptora. Considerando-se o perfil socioeconômico da população de Cavalcante, o nível de instrução e as experiências de trabalho em serviços e na agricultura de subsistência, o planejamento do turismo deve preceder de um planejamento integrado e articulado de políticas estruturantes que promovam o desenvolvimento social do município.

3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE, GOIÁS

Com o fim de ampliar a competitividade turística de Cavalcante em âmbitos regional e nacional, o Plano de Desenvolvimento Turístico do Município, 2011 a 2014 (OBSERVATÓRIO DO TURISMO, 2013), foi elaborado pela prefeitura municipal em parceria com o SEBRAE/GO. Teve também a participação de empresários, guias e artesãos. Seu objetivo maior foi subsidiar o investimento para o desenvolvimento local.

Segundo mensagem do prefeito, constante do documento, a preservação do meio ambiente e a valorização da cultura e da identidade local são o foco do governo local para a elaboração de projetos de desenvolvimento do turismo que possam gerar melhoria na qualidade de vida da população local e no atendimento ao turista.

Com essa iniciativa, o SEBRAE/GO visa multiplicar em outros municípios com vocação turística os esforços empreendidos na produção do Plano, ampliando a capacidade do Estado de Goiás de ter um projeto de desenvolvimento regional ligado ao turismo.

Para a construção do Plano, foi feito um inventário da oferta turística do município, disponibilizada pelo Ministério do Turismo, seguido de pesquisa documental sobre as atividades turísticas e culturais de Cavalcante. Com base nisso, foi realizado debate com uma equipe técnica multidisciplinar formada pelos principais segmentos empresariais, atores da sociedade civil e poder público, o que permitiu reavaliar o direcionamento das atividades de turismo do município e delinear os princípios e valores que norteariam a situação desejada em 2014. Finalmente, o plano foi redigido segundo os temas estratégicos estabelecidos pela equipe técnica.

Um planejamento deve partir de uma situação-diagnóstico e prever as ações inter-relacionadas e coordenadas para o alcance da situação desejada, segundo os limites orçamentários e temporais impostos. Conforme Matus (1991, p.29): "O planejamento é um cálculo e preside a ação para criar o futuro com imaginação a partir das possibilidades que sejamos capazes de descobrir. Constitui-se numa aposta estratégica, baseada no pensamento estratégico".

Porém, o diagnóstico contido no Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Cavalcante (2011 2014) não corresponde a uma análise crítica da condição do município de promover o desenvolvimento local a partir do turismo. O diagnóstico somente descreve os recursos naturais, culturais e de lazer disponíveis, além da infraestrutura do município para atendimento aos turistas, constituindo mais um levantamento das oportunidades turísticas do que um diagnóstico *stritu senso*, sem levar em conta os aspectos socioculturais do município. O levantamento da oferta turística, contudo, mostra o alto potencial do município de atrair turistas ecológicos e de aventura devido às suas características geográficas, culturais e históricas descritas acima.

Segundo Cruz (2001), as modalidades de turismo ditas alternativas, como o turismo de natureza, também requerem infraestrutura de acesso, hospedagem e restauração, porém em menos densidade. Segundo o Plano, o município possui a oferta de serviços necessários para atendimento ao turista no que se refere a: abastecimento de água, saneamento, hospital, agência bancária, telefonia, meios de comunicação e estradas, além de rede hoteleira e de alimentação em número suficiente. Isso demonstra a preocupação do município, ao elaborar o Plano, com a transformação espacial dos espaços naturais pelo turismo, relacionadas, principalmente, aos fatores acessibilidade e hospedagem. Porém, não se observa igual consideração com a preservação dos recursos naturais do município, nem com o desenvolvimento social de seus habitantes, em especial dos remanescentes de quilombo, cujas tradições e cultura são as principais motivações dos turistas ao visitar Cavalcante.

O Plano de Cavalcante prevê que "a situação ideal desejada para o futuro do Turismo", com base no propósito e nos valores, é: "Ser reconhecida, no âmbito nacional e internacional, como maior reserva de cerrado preservado, voltada para a prática do ecoturismo". Para chegar a esse objetivo, o plano prevê ações de marketing turístico relacionadas à imagem dos recursos naturais e

à memória e patrimônio histórico-cultural do município. O turismo, segundo Cruz (2001), não só cria novos objetos turísticos, como também se apropria de objetos naturais e culturais preexistentes, atribuindo-lhes novos significados.

Os quatro programas estratégicos do Plano englobam adequação da infraestrutura turística, qualidade da oferta turística, gestão do turismo e promoção do destino turístico. Para a adequação da infraestrutura, estão previstas obras de adequação do acesso rodoviário, reforço do fornecimento de energia elétrica, sinalização turística, ampliação da rede de comunicação móvel e de internet banda larga e criação de espaços turísticos, a exemplos daqueles para manifestações da cultura local, incluindo um Centro de Referência Quilombola.

Quanto à melhoria da qualidade da oferta turística, são previstos o aumento da oferta do artesanato local, o resgate de festas tradicionais, o treinamento para a gastronomia ligada à cultura local, a construção de uma identidade ícone da Chapada dos Veadeiros, a elaboração de novos produtos turísticos relacionados à identidade local e cultural quilombola e a criação de circuitos e roteiros turísticos. A promoção do destino, projetando o município, será feita por meio de um plano de memória de Cavalcante e via captação de eventos. Para a gestão do turismo, está prevista a articulação entre a iniciativa privada, o setor público e a sociedade civil organizada. E ainda a implementação das leis federais e estaduais relacionadas ao turismo.

O Plano descrito teve gestão participativa em seu processo de elaboração, levando-se em conta que o município reuniu atores de diferentes setores — público, privado e sociedade civil — para pensar o planejamento e a organização territorial para uma atividade de promoção do desenvolvimento local ligada ao turismo, atividade para a qual o município tem forte inclinação e potencial. É possível reconhecer no Plano não somente o forte valor da manutenção da cultura e da identidade, mas também a "turistificação" do espaço com a criação artificial de objetos e ações antes inexistentes.

Observa-se, finalmente, que Cavalcante possui objetos característicos de lugares turísticos como operadoras de turismo e organização governamental, regidos por um Sistema Municipal de Turismo composto de política, conselho, secretaria e Fundo Municipal de Turismo.

Apesar do aparato governamental para o desenvolvimento do turismo, o município não considerou, ao elaborar o Plano, trabalhar de forma intersetorial com estruturas públicas locais, em especial aquelas responsáveis pelas políticas públicas de meio ambiente e de desenvolvimento social, a fim de maximizar não só a rentabilidade dos empreendimentos do setor, mas também os benefícios econômicos e o bem-estar da comunidade receptora, além de minimizar a degradação dos recursos naturais. A descentralização do planejamento turístico, proposta por Rodrigues (1996) como um dos caminhos possíveis a fim de refletir a realidade do lugar, mesmo contando com a participação de atores locais, poderia ter resultado em um instrumento integrado de políticas públicas de promoção do turismo como vetor de desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os aspectos geográficos levantados por Rodrigues (1996) para o planejamento turístico local, a saber: i) a satisfação do turista; ii) os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais em termos de custo e benefícios que a atividade turística traz para a população local; e iii) a preservação do patrimônio cultural e ambiental, é possível apontar algumas lacunas do planejamento municipal de Cavalcante que demonstram a pouca utilização de conceitos de escala geográfica para a ação governamental.

É perceptível a preocupação com a satisfação do turista no empreendimento de ações destinadas à melhoria da infraestrutura, como a implantação de telefonia móvel e de internet banda larga, além da adequação rodoviária. No entanto, não há uma análise acurada do custo-benefício da atividade turística para a população local. As ações de fomento ao potencial econômico de atividade vocacional local limitam-se a tímidas ações voltadas para a produção de artesanato e para o

treinamento gastronômico. Ainda que o plano tenha um forte apelo à preservação do patrimônio cultural e ambiental, ele não prevê ações que considerem o papel das comunidades locais, em especial a comunidade quilombola, e seus arranjos produtivos locais porventura existentes.

Em um planejamento de desenvolvimento turístico de municípios com alto índice de desigualdade e baixo desenvolvimento humano como Cavalcante, não há como desconsiderar a análise de seus indicadores socioeconômicos no diagnóstico prévio ao planejamento. A ausência dessa análise pode ter prejudicado o planejamento dos programas temáticos, que não levaram em consideração os possíveis impactos sociais e econômicos que a atividade turística possa trazer para a população local.

Ainda, o Plano carece de indicadores de avaliação, não apenas para avaliar as iniciativas em curso, mas também para garantir transparência e realização de ajustes que venham a ser necessários durante a sua implementação.

Considerando-se que grande parte do município está inserida no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga e na reserva natural da Chapada dos Veadeiros, o turismo traz grandes possibilidades de desenvolvimento econômico ao município. Ao investir na qualificação da atividade de serviços relacionados ao turismo, atividade que poderá potencializar o aumento de renda da população, faz-se imperativo melhorar o desenvolvimento humano por meio da articulação de políticas de educação, saúde e desenvolvimento social.

A utilização de conhecimentos geográficos, políticos e econômicos para o planejamento turístico poderia ter propiciado ao município um melhor entendimento da complexidade das atividades turísticas e suas implicações para o desenvolvimento local. A análise dos custos e benefícios para o espaço poderia ter auxiliado o poder público a melhor compreender os objetivos pretendidos, fossem eles a melhoria da qualidade de vida da população local, fossem a preservação de seus recursos naturais, ou ambos. Em suma, ao invés de tentar somente corresponder aos anseios dos turistas, um Plano de Desenvolvimento do Turismo em uma comunidade eminentemente pobre, apesar de rica em recursos naturais e em tradições culturais, deve procurar responder a perguntas como: quais os efeitos dessa atividade nas condições sociais, culturais e ambientais da comunidade receptora de turistas?

O Plano em análise poderia ter considerado alguns movimentos de turismo comunitário ou de base local já iniciados na região por meio de seminários e encontros culturais, eventos nos quais as associações da sociedade civil, como a Associação Kalunga e a Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros, possuem protagonismo de decisão sobre os caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo na Chapada dos Veadeiros, buscando valorizar os ambientes naturais e a cultura do lugar.

[...] turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios (CORIOLANO, 2009, p. 282).

O grau de comprometimento e a reafirmação do vínculo da comunidade local com o território e com os saberes locais são a garantia da continuidade do processo democrático-participativo de práticas turísticas sustentáveis. O foco principal deve ser o bem-estar da comunidade receptora, sendo a melhoria na distribuição de renda uma consequência direta da ampliação das liberdades substantivas da população local, conforme descrito por Sen (1998).

Irving (2009) destaca que têm sido necessários ajustes no planejamento de turismo devido à percepção geral de que as práticas e as intervenções realizadas quase sempre são desfavoráveis às populações locais:

Assim, as discussões realizadas no Brasil e no mundo sobre turismo e sustentabilidade passaram a recomendar para a prática turística: a conservação dos recursos naturais e culturais, o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras e a participação dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de projetos, com a geração de benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão (IRVING, 2002a *apud* IRVING, 2009).

A publicação *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário*⁴, da World Wilde Foundation for Nature (WWF), define que:

O termo “ecoturismo comunitário” leva a dimensão social mais além. Este é um tipo de ecoturismo em que a comunidade local tem controle substancial de, e participa em, seu desenvolvimento e gestão, e uma importante proporção dos benefícios ficam na comunidade (WWF, 2013, p. 2, tradução nossa).

Está claro que não é mais possível desconsiderar o fator inclusão social nos planejamentos de desenvolvimento local e, conseqüentemente, nos planos de desenvolvimento de turismo. Os benefícios à comunidade local devem ser as premissas principais de um planejamento turístico comunitário, procurando assegurar mecanismos para que os recursos oriundos do turismo realmente sejam investidos no desenvolvimento local, na melhoria da qualidade de vida do coletivo, e não somente de uma parcela da comunidade que foi empregada pela iniciativa privada diretamente envolvida (IRVING, 2009).

Políticas públicas de promoção do turismo não devem se limitar a aumentar o número de visitantes ou melhorar a capacidade econômica das empresas relacionadas às atividades turísticas, pois o êxito de uma política pública de fomento ao desenvolvimento local está estritamente vinculado ao incremento da melhoria do desenvolvimento humano e da qualidade de vida da comunidade receptora.

[...] desenvolvimento local não envolve, necessariamente, crescimento econômico, mas sim o alcance de melhores condições de vida pelos meios disponíveis a uma dada comunidade ou sociedade vivendo em um dado lugar. Neste sentido, o desenvolvimento local é um processo socializante, no qual as comunidades envolvidas são protagonistas de seu tempo e de seu espaço e não sujeitos hegemônicos. Trata-se de uma expressão espacial, em verdade, do desenvolvimento desigual (CRUZ, 2009, p. 103).

NOTAS

¹ Ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza - juntamente com as manifestações culturais do passado ou do presente que possam existir, e que, ao mesmo tempo promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente ao envolvimento socioeconômico ativo das populações locais. (CEBALOS-LASCURAIN, 1987 in CABRAL, 2009).

² O IDH-M é elaborado com base nos indicadores de educação (alfabetização e taxa de frequência escolar), longevidade e renda da população. Esse conjunto de indicadores compõe os índices: IDH-E (educação), IDH-L (longevidade) e IDH-R (renda), cuja média aritmética simples resulta no IDH-M. Esses índices variam de 0 (zero) a 1 (um), sendo 1 (um) a posição correspondente aos melhores valores.

³ O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre o rendimento dos mais pobres e o dos mais ricos. Varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação total de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, só uma pessoa detém toda a renda do lugar.

⁴ Original em espanhol: *Directrices para el Desarrollo del Turismo Comunitário*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO SOBRINHO, F. L.; BEATRIZ R. S. Turismo e transformações espaciais no eixo Brasília – Goiânia/Brasil. **Observatorium**: Revista Eletrônica de Geografia, v.4, n.11, p. 101-122, out. 2012. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/4edicao/n11/07.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

CABRAL, M. A. E. O Potencial turístico de Cavalcante no âmbito da Região da Chapada dos Veadeiros. In: STEINBERGER, M. (Org.). **Territórios Turísticos no Brasil Central**. Brasília: LGE Editora, 2009.

CAVALCANTE (Município). **Sítio eletrônico do Governo Municipal de Cavalcante**. Disponível em: <<http://www.cavalcante.go.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

CORIOLOANO, Luzia. (Org.). **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: Funece, 2003.

_____. O Turismo, a Exclusão e a Inclusão Social. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 6/7, n. 1, p. 181-190, 2004/2005.

_____. O Turismo Comunitário no Nordeste Brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. In: In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

GOIÁS (Estado). **Sistema Estadual de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás**. Disponível em: <<http://www.sieg.go.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Portal Cidades@**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=520530#>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

IMB SEGPLAN (INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E DADOS SOCIOECONÔMICOS - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS). **Mapas**. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

IPEA. **Atlas de Desenvolvimento Humano 2013**. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: 17 ago. 2013.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MATUS, C. O. Plano como Aposta. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 5, v. 4, p. 28-42, out/dez. 1991.

OBSERVATORIO DO TURISMO. **Plano de Desenvolvimento Turístico de Cavalcante**. Disponível em: <<http://www.observatoriodoturismo.tur.br>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO. **Relatório: reserva da Biosfera Goyaz, estudo de imagem**. Disponível em: <<http://www.observatoriodoturismo.tur.br>>. Acesso em: nov. 2011.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANO E. E. **Mapeamento de cobertura vegetal do bioma cerrado: estratégias e resultados**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2007.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GOIÁS SIC. **Sistema Estadual de Geoinformação**. Disponível em: <<http://www.sieg.go.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2012.

WWW (World Wildlife Foundation). **Directrices para el desarrollo del turismo comunitario**. Ledbury: WWF International, 2001. 24p. Disponível em: <http://awsassets.panda.org/downloads/directrices_para_el_ecoturismo_comunitario_wwf.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2013.

Data de submissão: 29.09.2013

Data de aceite: 08.10.2015

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.